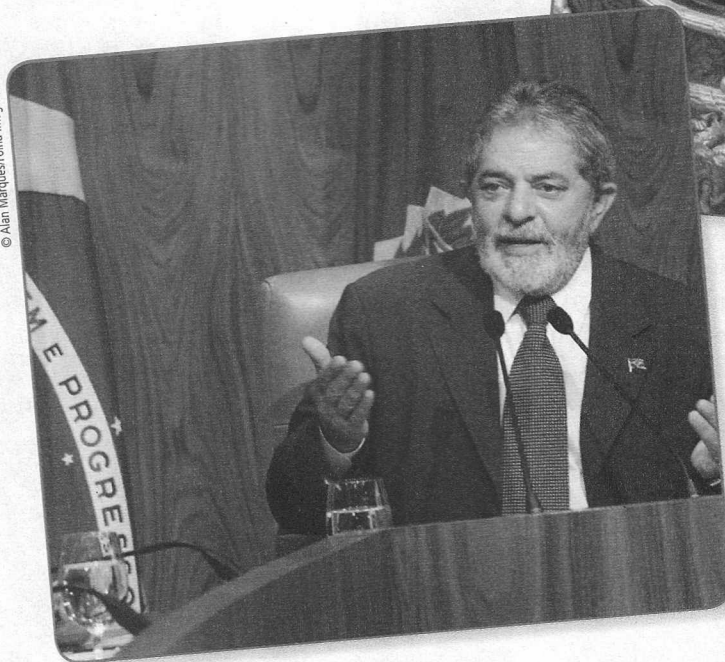


## Estado e governo

Você já deve ter ouvido a expressão: "A rainha da Inglaterra reina mas não governa". Ou seja, a rainha é chefe de Estado, mas não de governo. Isso ocorre na maioria dos países com **regime monárquico**, como Espanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Japão e alguns outros. Mudanças neste sentido são raras, mas ocorrem: "Após 239 anos, Nepal acaba com a monarquia". (Folha de S.Paulo, 29 maio 2008).



© Alan Marques/Folha Imagem

■ Duas imagens representativas de dois tipos de Estado: monárquico e republicano.

E no Brasil? Como nosso **regime é republicano** e seu sistema de governo é presidencialista, o presidente é ao mesmo tempo chefe de Estado e chefe de governo. O sistema dos Estados Unidos é semelhante. Assim também é o caso da Argentina, do México e da maioria das repúblicas presidencialistas. A Itália e a Alemanha têm presidente como chefe de Estado e primeiro-ministro (chanceler, na Alemanha) como chefe de governo. A França e a Rússia têm presidente

com poderes significativos, sobretudo o comando da política externa, mas têm também primeiro-ministro, que cuida principalmente da administração do país.

No Brasil, o presidente supervisiona o trabalho dos ministros, visita outros países para tratar de assuntos diplomáticos e econômicos, representa todos os brasileiros no enterro de um papa, comparece a uma inauguração... Não há separação entre as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

# 1. Definição de Estado

Então, como podemos definir **Estado**? A maioria dos cientistas sociais o define como **entidade política caracterizada por um povo, um território e um governo**. Não existe Estado se um desses elementos estiver ausente. Um povo consciente de sua identidade faz parte imprescindível da entidade de Estado. O mesmo se pode dizer do território. O governo, por sua vez, é a manifestação mais dinâ-

mica e visível de um Estado. É seu braço político e administrativo.

Não confundir esse conceito de Estado com o de unidade da federação: estado de São Paulo, estado de Pernambuco etc. Em alguns países, como a Argentina e a Bolívia, as unidades da federação são chamadas províncias. São unidades políticas que têm governo próprio, mas não autonomia nem representação perante outros países.

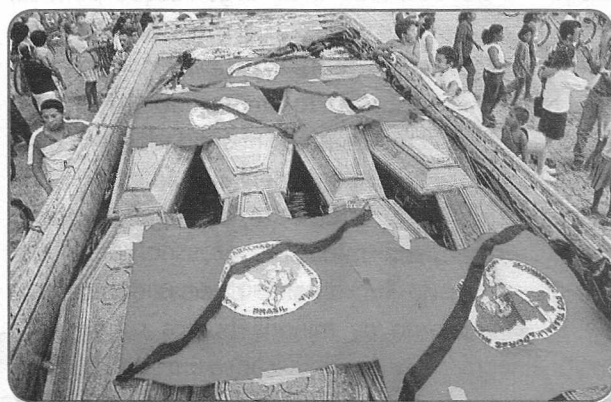
# 2. O direito ao uso da força

Em maio de 2007, um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo invadiu e ocupou o recinto da diretoria da Faculdade de Direito. Seu objetivo era forçar a direção da faculdade a tomar conhecimento de algumas reivindicações. O diretor da faculdade chamou a polícia e mandou retirar os estudantes à força, o que foi feito. O diretor usou um direito que lhe competia como representante do Estado em uma instituição pública.

O evento evidenciou uma das principais prerrogativas do Estado: o direito ao **uso da força**, que se dá por meio de um exército ou da polícia. O caso ocorrido na Faculdade de Direito da USP é simples mas significativo. Ele implicou o uso da força, mas não da violência. Em caso de rebelião interna que ameace a unidade do país ou a ordem estabelecida, e também em caso de agressão externa, o Estado tem o poder legal de usar a **violência** (prender, empurrar, remover, transportar de um lado para outro, bater, atirar com arma de fogo); age por meio de seus representantes – as Forças Armadas ou a polícia. Só são legítimas a força e a violência exercidas pelo Estado. Diz-se que o Estado tem o **monopólio do direito ao uso da força e da violência**.

O Estado tem o direito – e a obrigação – de usar a força para garantir sua existência e a unidade do país. Mas essa força é também necessária para **proteger** os fracos contra o abuso dos fortes. Quando um cidadão tem sua propriedade invadida, é ao Estado que recorre; quando é ameaçado por alguém, é o Estado que deve garantir sua inte-

gridade física. Mas você deve ter lido em livros de História ou em outras fontes que há muitos casos de abuso da polícia ou de forças militares contra a população. Informações aparecem diariamente nos jornais sobre violação dos direitos humanos, tanto no Brasil quanto em outros países. Nas repartições policiais, pessoas detidas às vezes são submetidas a torturas físicas e psicológicas ou mantidas em prisão sem culpa.



© Jorge Araújo/Folha Imagem

- Em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (PA), a polícia militar do estado atacou a tiros um grupo de sem-terra que protestava contra a demora na desapropriação de terras para a reforma agrária, matando 19 deles. Tratou-se de um ato de abuso da violência por parte do Estado.

## Poder legítimo e ilegítimo

Em 1964, os militares brasileiros julgaram-se no direito de usar seu poder de força contra o próprio governo, sob a justificativa de que os governantes de então pretendiam implantar no país um regime tota-